

Como evitar a falência, um novo dilema das metrópoles

PEDRO ZAN

As grandes cidades do país que sempre receberam tentadoras propostas para instalação de indústrias estão hoje sendo vítimas dessas próprias indústrias. Os complexos industriais estão cada vez mais se afastando dos centros urbanos, levando com eles a maior e mais expressiva fonte de renda das cidades: o ICM.

Assim, enquanto os pequenos municípios vêem suas receitas crescerem, os grandes estão subsistindo na esperança de que o Imposto Sobre Serviço se transforme na salvação das cidades. Nos dois casos, no entanto, pelo menos um problema é comum: os orçamentos são insuficientes para atender às necessidades básicas de uma população que cresce de forma geométrica e reivindica cada vez mais das Prefeituras.

Esse foi o principal assunto discutido na reunião de Secretários de Finanças das Prefeituras das Capitais, promovido no Parque Anhembi, na última semana. E os debates chegaram a tal ponto que, se a situação atual persistir e não forem criadas novas fontes de recursos, a cidade de Salvador irá à falência nos próximos três anos. E não se trata de problema exclusivo de uma única cidade do nordeste do país: e o próprio prefeito de São Paulo já se cansou de repetir que é preciso melhorar a arrecadação do ISS, já que o ICM vem caindo nos últimos anos. (Para se ter uma idéia, a arrecadação do ICM sofreu uma queda de 1,5% nos primeiros 7 meses do ano, enquanto a economia paulista crescia 8,7%. E o ISS passará de 1,5 bilhão de cruzeiros em 76 para 2,3 bilhões no próximo ano).

Apesar de os últimos relatórios do Conselho de Desenvolvimento Industrial revelarem que 70% dos pedidos de instalação de indústrias ainda são feitos para o Estado de São Paulo, o afastamento dessas indústrias para a região metropolitana e interior do Estado, é flagrante.

A Avenida Santo Amaro, por exemplo, já perdeu diversas indústrias, entre elas um laboratório farmacêutico que transferiu suas instalações para as Faculdades Metropolitanas Unidas. Ou a Lapa, que ficou sem a fábrica da Sofunge, especializada em material rodante ferroviário, agora instalada em Osasco, às margens da rodovia Castelo Branco.

A Corneta S.A. também optou por deixar a Barra Funda em troca de uma área maior em Cotia onde poderá ampliar um complexo industrial de laminados. Ou-

tra fábrica é a Carp Frigor, que constrói máquinas de sorvete, e recentemente preferiu deixar a Capital para se instalar em Osasco. Invariavelmente, os argumentos apresentados por essas indústrias, ao deixarem o município, é sempre o mesmo: necessidade de maior espaço para expansão da área industrial; aproveitamento da mão-de-obra local, eventualmente, ociosa; e facilidade de acesso, que aumenta a produção, à medida em que os operários não são obrigados a perder horas no trânsito congestionado.

Apesar de as mudanças trazerem alguns inconvenientes — deficiência no sistema de comunicação telefônica e falta de saneamento básico na região, o que obriga a abertura de poços artesianos — as indústrias sentem-se recompensadas. A cidade de São Paulo, no entanto, vai sentindo cada vez mais essa evasão sem que os novos recursos obtidos pela Prefeitura compensem a perda do ICM e, por extensão, a força política e autonomia adquirida pela maior metrópole e fonte de arrecadação do país.

O prefeito Olavo Setúbal lembrou num discurso pronunciado no decorrer da semana, no II Simpósio de Mercado Imobiliário, que o "município vive hoje um processo de polarização das atividades de serviços" enquanto ocorre "uma desconcentração e descentralização das atividades industriais para fora dos limites da cidade". O pior é que o ICM, que era gerado por indústrias como a Sofunge, Corneta S.A., Carp Frigor e o Café do Ponto, que acaba de se transferir para Barueri, não está sendo compensado pelo ISS, a ponto de Olavo Setúbal ser incisivo na análise do problema: "Isso indica uma redução na entrada de recursos para os cofres municipais".

Nos últimos meses, a industrialização passou a adquirir uma conotação diferente: deixou de ser a responsável principal pelos graves problemas de poluição, ocupação e uso do solo e desumanização da cidade, para se transformar na perda de um tributo vital para a sobrevivência da cidade.

Embora em menor escala do que em São Paulo, o problema se reflete nas outras capitais do país como, por exemplo, Salvador que hoje já é praticamente uma cidade de prestação de serviços, enquanto as indústrias vão-se concentrando nos municípios vizinhos. Segundo o secretário de Finanças da capital baiana, Eduardo Nascimento, o município tem uma renda per capita de 500 cruzeiros —

menos da metade do que São Paulo — com uma baixa arrecadação de ICM, pois as indústrias preferem se instalar na região metropolitana. A participação de Salvador na arrecadação do ICM caiu de 40 para 27%, mudando radicalmente a estrutura do município, que hoje é cidade-dormitório. Isso obrigou o secretário das Finanças a pedir ao governo federal uma rápida alteração na sistemática de distribuição desse imposto.

A criação do pólo petroquímico de Camaçari, no entanto, absorverá mais ainda o ICM que antes era incorporado ao orçamento de Salvador já que muitas indústrias da Capital manifestaram interesse em se transferir para o local.

Os primeiros reflexos da queda brusca de arrecadação de tributos mostraram ao secretário Eduardo Nascimento que há perda da qualidade dos serviços públicos oferecidos ao 1,2 milhão de habitantes de Salvador. Só os serviços de conservação e manutenção consomem 65% do orçamento da cidade, incluindo os gastos com a Corporação do Corpo de Bombeiros, que não é de responsabilidade estadual. A partir de julho deste ano, o ISS passou a ser a principal fonte de recursos e, no momento, há uma tendência de conservar o crescimento de arrecadação desse imposto, embora o secretário não tenha "mais nenhuma ilusão depois que o ICM deixou de ser a fonte natural de arrecadação".

Da mesma forma que Salvador, Recife precisaria de 20 a 30 vezes mais do que seu orçamento atual (500 milhões) para investir o necessário nos setores de saúde, educação, obras públicas, transportes e equipamentos comunitários. A participação da cidade na arrecadação de impostos tem aumentado nos últimos anos, mas é considerada insuficiente: o imposto predial garantirá neste ano recursos da ordem de 40 milhões de cruzeiros, mas só a construção de uma avenida — A Recife — custará 36 milhões de cruzeiros aos cofres municipais. A taxa de limpeza, por sua vez, permitirá que se obtenha Cr\$ 10 milhões, mas a compra de 30 caminhões de limpeza custou à Secretaria de Finanças de Recife, segundo o secretário Luís de Sá Monteiro, o dobro do que será arrecadado até o final do ano.

Em cidades semelhantes a Recife, a evolução da arrecadação nos últimos 5 anos

foi menor do que o aumento dos preços da construção civil. Uma obra que custava um milhão de cruzeiros hoje é avaliada em Cr\$ 10 milhões, enquanto a arrecadação, a um cálculo otimista, cresceu, no máximo, 500% — de um milhão passou a 5 milhões de cruzeiros. Também em Belo Horizonte os recursos disponíveis no orçamento deste ano (um bilhão de cruzeiros) são insuficientes e um dos principais motivos é o deslocamento industrial para outros municípios. Segundo o secretário de Finanças, Evandro Barbosa, Belo Horizonte tem recebido um maior número de migrantes, a maioria pobres, enquanto a arrecadação cresce nas outras cidades, provocando uma contradição que afeta o desenvolvimento de Minas Gerais. As obras de saneamento básico e construção passaram a exigir um volume de verbas superior aos recursos de Belo Horizonte. Só o programa de obras deste ano, por exemplo, consumirá o dobro do que será arrecadado pelos impostos predial e territorial (190 milhões de cruzeiros).

Em Manaus, o distrito industrial está situado dentro da zona urbana da cidade, mas até agora poucas unidades foram implantadas e o desenvolvimento é "timido". Por força de uma lei federal que reformula a Zona Franca, a cidade não tem ISS, além de as indústrias e produtos nacionais fabricados lá estarem isentos do ICM e IPI. Ao mesmo tempo, é grande a carência de saneamento básico e o orçamento de 357 milhões de cruzeiros não é suficiente para reduzir sequer o número de favelas que são ocupadas por 60 mil pessoas que "vivem à margem de qualquer benefício", segundo o secretário de Finanças, Orlando Fradera.

A falta de recursos para executar as obras e melhoramentos prioritários nas capitais do País levam os administradores a recorrer cada vez mais ao governo federal na tentativa de compensar a queda de arrecadação. São Luiz do Maranhão, por exemplo, é mantida graças às transferências de recursos federais a fundo perdido (sem retorno) feitas pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos. Como a capacidade de endividamento de São Luiz é limitada, em função da arrecadação ser insuficiente, resta à prefeitura local continuar improvisando seu planejamento com o serviço dos três mil funcionários atuais.